

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL EM GOIÁS
History of the rural education in Goiás

Jaqueline Veloso Portela de Araújo¹

RESUMO

O presente texto tem como temática a formação do camponês em Goiás e objetiva discutir a dualidade ruralismo e escolanovismo pedagógico presente nas políticas de educação rural da primeira metade do século XX em Goiás, e confrontar o projeto educacional de formação do camponês em Goiás nesse período com as representações acerca da vida e do trabalho no mundo rural em Goiás presentes na literatura regionalista goiana, e a partir dessa contraposição reconstituir o *habitus* do camponês em Goiás. Supõe-se que essa dualidade relaciona-se ao processo de integração do Estado ao capitalismo. As análises serão realizadas sob o enfoque dos pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu.

Palavras-Chave: Escolanovismo, Formação, Goiás

ABSTRACT

This text has as theme the formation of peasant in Goiás and discusses the dual rural and pedagogical new school in the politics of education from the first half of the twentieth century in Goiás, and to confront the educational project for training of peasants in this period with Goiás the representations about the life and work in rural areas in the regionalist literature of Goiás, and from that opposed the rebuilding of peasant habitus in Goiás. It is supposed that this duality is related to the integration process of the rule of capitalism. The analysis will be carried out under the assumptions of the theoretical approach of Pierre Bourdieu.

Key-words: New School, Training, Goiás.

O presente texto constitui-se como um exercício inicial de reflexão e aproximação da história da educação em Goiás, e de certa forma, objetiva o planejamento de um exercício historiográfico de apreensão da memória histórica da educação rural em Goiás. A tese defendida a partir deste artigo é de que as políticas voltadas para a formação do homem do campo em Goiás, durante o período que se inicia na República Velha e se estende até a metade do século XX, foram marcadas por uma dualidade entre ruralismo e escolanovismo, dualidade esta inerente à relação campo-cidade no processo de capitalização da agricultura no Estado durante esse interregno.

A partir de mediações estabelecidas pelo campo literário goiano, evidenciou-se

¹ Professora da Universidade Estácio de Sá de Goiás. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Contatos: jaqueveloso@hotmail.com

que as políticas públicas educacionais do Estado no referido período são portadoras de concepções urbanas sobre o processo educativo, e que não raras vezes centram-se na preparação de mão-de-obra para o trabalho na cidade ou são formuladas como alternativa para a diminuição dos fluxos migratórios campo-cidade.

[...] há uma valorização, ao menos no plano retórico, do homem do campo. O mesmo passa a ser considerado como elemento indispensável ao processo de integração nacional, principalmente no que se relaciona ao programa de colonização Marcha para Oeste. Percebo, no entanto, que as mudanças que começaram a ser processadas no período acontecem no sentido de instrumentalizar o trabalhador rural, para que o mesmo pudesse ser elemento da modernização das cidades. Ou seja, tornava-se necessário um desenvolvimento do campo que subsidiasse os processos de urbanização e industrialização que se operavam no plano nacional. É perceptível ainda que o papel atribuído a Goiás, na nova redistribuição social do trabalho no país, era de produção de insumos para a manutenção do desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste do país. (ARAÚJO, 2005, p. 108-109).

A história da educação em Goiás ainda carece do aprofundamento de estudos que tenham por objetivo deslindar o processo constitutivo do campo da educação neste estado, delimitar o papel desempenhado por cada ator social, desvelar o papel do Estado e dos grupos sociais na construção de uma memória histórica da educação rural em Goiás.

Este estudo justifica-se pela necessidade de reflexão acerca da atividade laborativa como elemento formativo dos sujeitos que habitam o campo no Brasil e, especificamente, em Goiás. Admite-se o pressuposto de que as práticas laborais desses sujeitos são constitutivas de um modo de vida característico dos agrupamentos sociais que se relacionam com a terra. Ao considerar o aspecto educativo presente na reprodução da existência dos grupos camponeses, afirmo que a narrativa literária é portadora de saberes sociais acerca da vida e do trabalho dos agentes que integram o campo brasileiro. Parte-se do princípio de que o trabalho é portador de saberes sociais orientadores dos modos de pensar, agir e perceber o mundo rural. Adquire centralidade nas análises ora empreendidas a forma pela qual o trabalho constitui-se historicamente como formador de um *habitus*² camponês, evidenciando-se assim a relação entre trabalho e educação.

O presente trabalho justifica-se também pela necessidade de reflexão acerca de como o trabalhador rural goiano situou-se no espaço social frente aos desafios impostos pelo processo de capitalização do campo, submetendo-se e incorporando-se ao modelo produtivo que priorizava o latifúndio ou criando mecanismos de resistência ao processo de expropriação da terra e à violência simbólica por ela engendrada.

A constatação de que o trabalho é uma das principais instâncias formativas evidenciou-se nas análises realizadas pela autora em pesquisa anterior, a qual evidenciou,

² Para Bourdieu (2004, p. 131): “O *habitus*, que é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é produto de toda a história individual, bem como, através das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da família e da classe” (Grifado no original).

através da leitura de algumas obras literárias goianas, que as “situações de aprendizagem” materializam-se através do repasse cotidiano de conhecimentos, crenças, valores e ofícios vivenciados pelos habitantes do sertão goiano. E confirmam o trabalho como uma das principais instâncias formativas, uma vez que é no convívio com os outros que se aprende. Ou seja, a “escola” que prepara esses sujeitos para vida e pela vida no campo, é o trabalho com a terra. Esse vínculo com a terra constitui-se como matriz geradora de saberes, conhecimentos, e práticas sociais. A terra é o elemento fundante da identidade dos sujeitos que dela retiram sua sobrevivência. A relação com a terra, para os sujeitos do campo é constitutiva e constituinte de uma cultura própria do rural. Sendo assim, pode-se falar na existência de uma cultura, ou melhor, de culturas camponesas.

Exemplo de como essa relação aparece na literatura goiana pode ser percebida, por exemplo, no – *o Rio e a Terra*, de Bariani Ortencio, editado em 1959, do qual podem ser retiradas lições a respeito do viver no sertão:

Os homens cuidavam das roças; as mulheres ocupavam-se dos serviços caseiros, que consistiam, quase que o tempo todo, na catação de piolhos. Assentadas nas pranchas de madeira, frente à casa, com as crianças prêsas pela cabeças, entre as pernas, os dedos funcionavam como se estivessem tocando harpa ou manejando os bilros (1959, p. 67).

Na literatura regionalista goiana também pode ser percebida a alteração nos modos de trabalho ocasionados pela modernização trazida para o campo, que altera a percepção que os sujeitos têm de seus próprios conhecimentos.

Os ofícios que meu pai me ensinou, nenhum vale mais nada. Trançar couro numa época em que não existe mais tropeiro; fazer carro de boi agora que o caminhão puxa tudo; roda de fiar, os petrechos todos de tecer pano – tudo o mais que aprendi a fazer vale mais o que, hoje em dia? Tempos modernos, ninguém mais mexe com essas coisas, sou um indivíduo superado, sem nenhum préstimo na sociedade (BERNARDES, 1984, p. 155).

A literatura importa para a compreensão das relações sociais presentes no campo, do trabalho e da cultura. Com essa pesquisa questiona-se que cultura é essa. Como o trabalho na terra contribui para a edificação de significados sociais que particularizam o modo como os sujeitos do rural relacionam-se com seus pares, com sua cotidianidade e com a natureza? Como essa cultura organiza os processos relacionais promotores de situações de aprendizagem?

Acredita-se que essa cultura seja geradora de um *habitus* que interfere no modo como os viventes do rural repassam os saberes construídos e acumulados historicamente, no sentido de garantir a perpetuação de seus valores e de suas tradições pelas gerações que estão em processo de formação.

A questão orientadora dessa discussão relaciona-se ao fato de que há a ocorrência em Goiás, na primeira metade do século XX, de uma dualidade marcante entre ruralismo e escolanovismo pedagógico, expressa, sobretudo, em documentos relativos à normatização da instrução pública no estado. Supõe-se que essa orientação dual da

educação escolar relativa ao mundo rural em Goiás seja decorrente do processo de capitalização da agricultura goiana na primeira metade do século XX e que a mesma seja geradora de um processo de modificação ou reafirmação do *habitus* camponês goiano.

Importa dizer que no decorrer do processo histórico, o trabalhador rural em Goiás figura como parte dominada na esfera das relações sociais engendradas pelo capitalismo. Parte-se do pressuposto que as relações estabelecidas entre os habitantes do mundo rural em Goiás e o processo produtivo decorrente de seu trabalho com a terra sejam constitutivas de uma cultura própria do rural. A problematização do tema passa pelo questionamento do modo como as alterações ocasionadas ao longo do processo de capitalização das relações produtivas no meio rural no Estado de Goiás contribuíram para a ocorrência de transformações dos significados sociais e dos processos relacionais, dos sujeitos com a terra e com seus pares.

Acredita-se que as mudanças em curso ao longo da primeira metade do século XX no Estado de Goiás, tais como a substituição de uma economia mineradora por uma de base agropastoril, implantação da estrada de ferro, a transferência da capital, a Marcha para Oeste, criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e incentivo governamental à ocupação das terras do Centro-Oeste contribuíram para uma transformação nos modos de reprodução social do trabalhador rural. É possível depreender que o desenvolvimento da comunicação entre Goiás e o restante do país, assim como a viabilização da ocupação do território goiano, foi possibilitada a partir de 1913 pela implantação da rede ferroviária em Goiás, fato que representou uma dinamização das relações entre o Estado e o restante do país, e também orientou uma reconfiguração das formas de reprodução social do trabalhador rural.

Pode-se dizer que esses acontecimentos foram impulsionadores do processo de edificação de significados sociais atribuídos pelos trabalhadores rurais à sua relação com a terra e com o trabalho. Da mesma forma, pressupõe-se que essa cultura, própria do mundo rural goiano, guarda relação com os eventos referidos, e, ao mesmo tempo, que é particular aos sujeitos daquele momento histórico, podendo ser caracterizada como um *habitus* camponês.

Sobre a história de Goiás, pode-se dizer que foi construída a partir de representações pautadas na perspectiva da decadência, do atraso e do isolamento. Até a Primeira República, o interior do Brasil, no qual Goiás situa-se, era representado pelo imaginário social como lugar distante, de difícil acesso, com poucas condições para o desenvolvimento de uma vida civilizada. Uma constatação pertinente acerca da história de Goiás é que a mesma foi construída a partir de uma compreensão centrada na decadência, no atraso e no isolamento, tendência inaugurada por Silva e Souza. Essa noção de decadência é representada pela historiografia como sinonímia da situação econômica e dos índices de extração aurífera.

A questão da construção da decadência é tratada por Chaul (2002), que toma como objeto “as representações expressas nas imagens e análises tecidas em torno de Goiás” (p. 21). O historiador destaca que a decadência transfigurou-se em um conceito que se tornou explicativo da realidade econômica e social de Goiás no período pós-mineratório. Chaul procura evidenciar que essa concepção foi fruto do olhar dos viajantes

européus que ao observarem Goiás, durante o período de esgotamento do ciclo do ouro, vislumbravam o lugar a partir de suas matrizes européias de compreensão da realidade. O trabalho desse autor pode ser considerado inovador na medida em que rompe com uma compreensão negativa atribuída a Goiás pela historiografia, que, segundo ele reproduz a representação da decadência, porém, o autor, em suas análises não confronta a produção historiográfica com fontes documentais, construindo sua tese muito mais a partir das interpretações historiográficas do que pela pesquisa documental.

O campo da historiografia da educação no Brasil ainda não dispõe de uma ampla produção, contando, segundo Saviani (2007), com pouco mais de meio século de existência. Em Goiás, essa produção é constituída de poucos trabalhos de referência, dentre os quais é possível destacar Silva (1975), Bretas (1991), Brzezinski (1987), Canesin e Loureiro (1994) e Nepomuceno (1994, 2003).

O trabalho de Silva (1975), *Tradição e Renovação Educacional em Goiás*, foi pioneiro na apreensão da educação goiana sob o olhar da história, propondo-se a investigar a forma pela qual a escola elementar desenvolveu-se em Goiás, e que circunstâncias contribuíram para isso.

O trabalho de Bretas (1991) intitulado *História da Instrução Pública em Goiás* insere-se em uma série de publicações da Universidade Federal de Goiás chamada Coleção Documentos Goianos, e abarca quase dois séculos de história, que vão de 1787 ao final da década de 1960, descrevendo a educação em Goiás nos períodos colonial, imperial e republicano.

O trabalho de Brzezinski, *A formação de professores para o início da escolarização*, abrange o mesmo período estudado por Bretas, recortando, porém, a história da formação de professores das séries iniciais no Estado de Goiás. Por sua vez, Canesin e Loureiro, no livro *A Escola Normal em Goiás*, investigam a constituição histórica da Escola Normal nesse estado desde suas origens, no final do império, até a década de 1970.

Nepomuceno contribui para a construção dessa historiografia com a publicação de dois trabalhos *A ilusão Pedagógica (1930-1945): estado, sociedade e educação em Goiás* e *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Ambos esforçam-se em apreender os entrelaçamentos existentes entre o projeto político de desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás e as propostas educacionais implementadas nas primeiras décadas do século XX.

É possível inferir que as mudanças em curso ao longo da primeira metade do século XX no Estado de Goiás, tais como a substituição de uma economia mineradora por uma de base agropastoril, implantação da estrada de ferro, a transferência da capital, a Marcha para Oeste, e o incentivo governamental à ocupação das terras do Centro-Oeste contribuíram para uma transformação no que concerne às políticas voltadas à instrução pública no Estado de Goiás.

Os currículos propostos e a formulação de métodos de ensino presentes na legislação educacional vigente no período em Goiás demonstram uma tentativa, ao menos no plano discursivo, de superação da escola tradicional.

Nas primeiras décadas do século XX, no que tange à educação, o sistema de ensino no Estado de Goiás era bastante incipiente, havia obrigatoriedade de escolarização

para as crianças com idades de 7 a 14 anos³, que deveriam frequentar escolas públicas ou particulares, ou ainda, serem instruídas em casa por suas famílias. Segundo Silva (1975), o provimento do ensino em família, figura na história da educação em Goiás como uma modalidade de instrução elementar que prevalece nas duas primeiras décadas do século XX, configurando-se como uma “verdadeira instituição” (p. 50). A autora registra que essa modalidade tornou-se uma característica do ensino nas zonas rurais em Goiás, nas quais o professor, designado como mestre-escola, recebia uma mensalidade referente ao ensino ministrado a cada aluno.

Pessoa (2005), na obra *Saberes em festa: gestos de aprender e ensinar na cultura popular*, assinala a função do mestre-escola no que tange à instrução dos sujeitos do campo:

[...] ele andava de fazenda em fazenda, mantido pelo fazendeiro da vez e ali permanecendo por tempo indeterminado. Se tudo corria bem era um período mais longo, mas algum contratempo costumava tornar esses períodos apenas uma questão de dias, e uma nova fazenda era procurada ou o chamado de um novo fazendeiro era atendido. O que era ensinado e aprendido também não era coisa para muito tempo. Não passava de rudimentos de leitura e escrita, acrescidos do manuseio elementar das ‘quatro operações’, coisa que tinha sempre alguma serventia para os cálculos da venda de animais e de cereais por ocasião da colheita. (p. 65)

Nos documentos pesquisados até o presente momento não foi possível constatar a ocorrência nas décadas iniciais do século XX de preocupações por parte do poder público referentes à educação de crianças residentes no meio rural, embora se possa supor que grande parte da população de Goiás residisse no campo⁴ e não fosse alfabetizada, visto que, segundo Paiva (2003), em Goiás, cerca de 98% da população do Estado era analfabeta com base nos dados do Censo de 1920.

Sobre os anos iniciais do século XX em Goiás, Silva (1975) destaca que o desenvolvimento de um sistema de ensino público era dificultado por fatores como: baixa remuneração dos professores, evasão escolar, isolamento da capital de Goiás em relação aos grandes centros e aos povoados do interior do Estado, desqualificação docente, desorganização didático-administrativa e minguados recursos a serem destinados à instrução pelos cofres públicos, fatores que levavam inúmeras vezes à supressão de escolas. De acordo com Silva

Nada parecia favorecer ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino vigente, nem mesmo as sucessivas reformas que amiúde ocorriam. Inúmeras foram as administrações que

³ Enquanto a ampliação da obrigatoriedade do ensino no Brasil englobando essa faixa etária só aconteceu a partir de 1971 com a lei 5.962, em Goiás, a lei nº 38, de 31 de julho de 1893 instituiu o ensino público em dois graus, o primário e o secundário, e conferia obrigatoriedade ao ensino dos 7 aos 14 anos de idade, que quando oferecido pela rede pública deveria ser gratuito. Cf. BRETAS, Genesco F. *História da instrução pública em Goiás* (1991).

⁴ Segundo PALACIN e MORAES (2001), o censo de 1920 apontou a existência de uma população de 511.919 habitantes no Estado de Goiás, porém os autores destacam que esse levantamento demográfico “não fez ainda a distinção entre população rural e urbana, não havendo, portanto, dados corretos sobre este aspecto da população; é quase certo, contudo, que o índice de ruralidade não deveria ser inferior a 90%” (p.94).

se empenharam em elaborar um regulamento da instrução ou modificar o existente. Medidas louváveis houve, como a criação do Lycêo, do Seminário Episcopal e a abertura de uma Escola Normal. Foram empreendimentos pioneiros de especial significado, lançando sementes das quais germinariam muitos dos benefícios futuros. Na realidade, porém, o ensino somente sofreria um impulso considerável após as duas primeiras décadas do século XX, quando a melhoria das vias de comunicação permitiria que, paulatinamente, se aproximasse Goiás do resto do País (Grifado no original). (1975, p. 47)

No que concerne à interferência de idéias oriundas de outros Estados da federação referentes a métodos e processos de ensino, pode-se dizer que Goiás contou fortemente com a influência dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. “O padrão das escolas paulista e mineira prevaleceu desde os primeiros tempos, fato que encontra explicação na própria incipiência educacional de Goiás (impotente ainda para tentar o seu modelo) e no renome que, entre nós, usufruía o ensino daqueles Estados” (SILVA, 1975, p. 238).

Em artigo publicado na Revista Informação Goiana, no ano de 1917, Victor de Carvalho Ramos analisa a situação do sistema de ensino em Goiás à época, evidenciando o descaso do poder público em relação aos níveis secundário e primário. A matéria dá destaque ao papel assumido pelas instituições de ensino mantidas pela iniciativa privada. Tal artigo tenta justificar que se Goiás se destaca como o Estado com o maior índice de analfabetismo do país é porque os gastos com instrução pública são insuficientes, e que as únicas instituições mantidas pelo governo eram o curso secundário do Liceu e o curso anexo à Escola Normal, destinado à educação primária, subvencionando ainda o Colégio Santana. Embora Ramos pinte um quadro caótico no que diz respeito à organização de um sistema público de instrução do Estado de Goiás, faz referências à existência de estabelecimentos de ensino privados que cumprem com êxito sua função pedagógica.

Assim é que em Goyaz, onde a instrução primaria ficou sob os auspícios dos municipios, se contam numerosos estabelecimentos de ensino particular, alguns dos quaes modelados pelos grupos escolares de Minas e S. Paulo e obedecendo aos mais rigorosos princípios de moderna Pedagogia. (RAMOS, 1917, p. 47)

Nesse artigo, Ramos destaca as instituições privadas de ensino de Porto Nacional, Rio Verde, Curralinho, Formosa, Bela Vista, Catalão, Ipameri e Pirenópolis.

Merecesse o longinquo e olvidado coração do Brasil mais um pouco de consideração por parte do governo federal e dos nossos representantes no Congresso, que bem podem dotal-o de vias rapidas de comunicação com os centros cultos do paiz, e elle offerceria á minha grande Patria o fructo dos braços e da inteligência de seus filhos, os quaes, se pouco ou nada offerecem ou produzem até aqui, é que não podem operar milagres. (p. 48)

Ramos ponderava em seu texto que embora considerado esquecido e distante do restante do país, Goiás, com a colaboração da iniciativa privada no âmbito da educação, avançava de forma bastante auspiciosa, refletindo em seus cursos a influência de Estados

como Minas Gerais e São Paulo, e contemplando em seus currículos elementos de uma pedagogia de vanguarda.

É possível supor que essa influência apresente relação com a hegemonia econômica do Estado de São Paulo sobre os outros Estados do país. Essa é uma hipótese apontada por Saviani (2004), o qual afirma que:

[...] o estado de São Paulo detinha a hegemonia econômica, dada sua condição de principal produtor e exportador de café e, com a República, alcançou também a hegemonia política posta em prática com a ‘política dos governadores’, a ele coube dar a largada no processo de organização e implantação da instrução pública, em sentido próprio, o que se empreendeu por meio de uma reforma ampla da instrução herdada do período imperial. (p. 23)

A influência do pensamento paulista pode ser interpretada, de certa forma, como uma tentativa de reorganização do sistema de ensino em Goiás. Alguns documentos evidenciam que ao final da década de 1920, houve um acordo entre os governos de Goiás e São Paulo, que culminou com a diligência de um grupo, de técnicos em formação de professores, que veio ao Estado de Goiás encarregado de assumir por um período de dez meses a administração da Escola Normal e reformar o ensino normal e o ensino primário estaduais.

Tudo o que figura nessa história como anterior ao momento de inserção da estrada de ferro em Goiás (1913/1914) é considerado tradicionalmente pela historiografia goiana como período de decadência⁵. O que passa a predominar com relação ao período posterior é a noção de isolamento, para o qual a solução seria dada a partir de um sistema econômico centrado na pecuária.

A partir da “Revolução de 1930” a administração do Estado é encarregada a Pedro Ludovico Teixeira, interventor federal nomeado pelo presidente Getúlio Vargas. O novo governante, em consonância com o projeto nacionalizador da Marcha para Oeste⁶, propôs a mudança da sede administrativa do Estado. A partir da aceitação dessa proposta, foi construída uma nova cidade – Goiânia – que substituiria a antiga capital – Goiás. É interessante ressaltar que o processo de transferência da capital, no ano de 1937, era representativo de uma lógica dual entre tradição e modernidade que se expressava no cenário social goiano.

Na cena educacional um movimento pedagógico importante no Estado de Goiás na década de 1930, cuja compreensão é fundamental, foi o ruralismo pedagógico que é inerente a um ideário que ratificava a vocação agrícola do país e ao mesmo tempo era reforçado por essa lógica, uma vez que fortalecia a idéia do Brasil rural, sendo transformado o ensino em instrumento de manutenção das populações rurais no campo. A relação entre ruralismo e educação em Goiás nas preocupações dos governantes e

⁵ O rompimento com essa idéia começa a ser percebido a partir da Revolução de 1930, momento a partir do qual Pedro Ludovico inaugura em Goiás um projeto identitário supostamente “novo”, fundado nos ideais de progresso e modernidade, cujo símbolo é Goiânia.

⁶ A Marcha para Oeste significou a principal frente de atuação do governo Vargas no que diz respeito ao processo de ocupação do Centro-Oeste do país.

educadores goianos é ressaltada por Canezin e Loureiro (1994), que destacam que o ruralismo pedagógico chegou a Goiás, a partir de 1934, com a introdução na Escola Normal de uma cadeira de ensino rural. “O ruralismo chega especificamente à Escola Normal em Goiás quando a de Anápolis introduz no seu currículo a cadeira de Ensino Rural” (p. 85).

É importante notar que a sistematização de programas de escolarização oficiais para as populações campestres ocorre justamente a partir da década de 1930, influenciados pelo movimento ruralista. É pertinente ressaltar que as idéias pedagógicas do ruralismo eram defendidas tanto por educadores quanto por governantes, compondo a base para as políticas educacionais do governo de Vargas. Sobre o ruralismo Fonseca (1985) sublinha que

[...] este movimento constituiu-se um marco, pois pela primeira vez colocou em discussão problemas concretos da escola rural, mas ao mesmo tempo imprimiu a esta discussão uma postura política conservadora que estaria presente em todos os movimentos oficiais de Educação Rural daí por diante. Para as elites era fundamental a manutenção do ‘status quo’ (principalmente da estrutura agrária), desde que também não faltassem braços para a lavoura e nem reduzisse a produtividade dos campos (p. 56).

A partir de 1937, a implantação do Estado Novo, contribuiu para o surgimento de questões educacionais que reclamavam o imperativo de organização do ensino rural. Na interpretação de Canezin e Loureiro (1994):

Dentro dos propósitos de desencadear a ‘Marcha para o Oeste’, o ensino na área rural passou a ser amplamente defendido e difundido, associado à necessidade de orientar os alunos para o trabalho e como antídoto no combate ao êxodo rural. [...] A educação rural era defendida como forma de fazer do homem unidade produtiva e sempre romper com o atraso tecnológico da produção agrícola. Goiás, como um Estado agrícola que deveria inserir-se na lógica da expansão capitalista, deveria ser, por excelência, o locus de implantação do ensino rural (p. 83).

Cumprido destacar que o projeto nacionalizador de Vargas, cuja preocupação subjacente era a de incorporação de espaços à economia de mercado, possibilitou o fortalecimento de mecanismos de ruralização do ensino, que se consubstanciavam na criação de escolas rurais, clubes agrícolas e realização de semanas ruralistas. As diretrizes das políticas educacionais esboçadas por Pedro Ludovico, em Goiás, seguiram a tônica proposta em âmbito nacional. Essa assertiva é confirmada na observação da temática central do VIII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia em junho de 1942, por ocasião dos festejos de seu Batismo Cultural⁷: *A educação primária*

⁷ O Batismo cultural de Goiânia, como localmente se denomina a data de 05 de julho de 1942, fundação oficial da nova capital, demarca, segundo Vidal e Souza (2002, 92-93), a inauguração do patrimônio imaterial de Goiânia, simbolizando a incorporação de Goiás ao Brasil. “Goiânia se faz inteligível, dotada de um conjunto explicador nítido, reiterado por todos que a louvam. [...] O Batismo Cultural acontece como um ritual de incorporação à nação, condição propiciada somente após a separação do estado anterior, representado pela porção indesejada da tradição: a decadência de Vila Boa”.

*fundamental – objetivos e organização: nas pequenas cidades e vilas do interior; na zona rural comum; nas zonas rurais de imigração; e nas zonas do alto sertão*⁸.

Os trabalhos apresentados no congresso evidenciam a preponderância das idéias do ruralismo pedagógico no evento, tais como a necessidade de uma escola que adaptasse os indivíduos ao campo, evitando, assim, o êxodo rural. A discussão acerca de tais elementos encontra-se presente ainda na revista *Oeste*⁹ de julho de 1942, em um artigo que discorre acerca da significação cultural do VIII Congresso para Goiânia:

Incluído na lista dos problemas de vital importância ao progresso da nacionalidade, já se acha o do ensino rural. Convencemo-nos de que nas zonas rurais é que se encontram as garantias do país. E a questão está em fixar o homem rural em seu meio, evitando o êxodo dos habitantes campezinos para a cidade. [...] O professor rural, as colônias-escolas para certas zonas de densidade demográfica rarefeita, o problema da frequência escolar, o encaminhamento dos alunos que deixam a escola primária para escolas de nível mais alto ou para o trabalho, assistência social, entre outros, são temas a serem desenvolvidos pelos mestres no assunto, nas sessões do VIII Congresso Brasileiro de Educação. (p. 47-48)

Confirma-se aí a intencionalidade explícita em manter distantes das cidades os trabalhadores pobres do campo. A realização desse congresso em Goiânia representa de certa forma, a adesão do país ao projeto de integração nacional proposto pelo presidente Getúlio Vargas. É conveniente destacar a aquiescência em relação à necessidade de discussão das questões referentes à importância da realização do VIII Congresso Nacional de Educação e sobre as influências do ruralismo pedagógico registrada pelos periódicos da época.

É interessante transcrever parte de um discurso proferido por Pedro Ludovico Teixeira¹⁰ na inauguração de um grupo escolar em Piracanjuba, em 1944, o qual demonstra a presença dos ideais escolanovistas no cenário político de Goiás,

[...] o ideal é fazer-se o ensino bem planejado, tecnicamente organizado, pois, o professorado é hoje uma técnica. Quem não tiver os conhecimentos modernos necessários a essa missão, não está à altura do momento educacional que vivemos. As noções da Escola Nova, da pedagogia atual não são produtos de ciência abstrata. São conhecimentos perfeitos de experiências que se fizeram no correr dos séculos. São elementos positivos, de real valor na educação das crianças. O aproveitamento obtido pelos métodos modernos não se compara com o adquirido pelos antigos processos. Atualmente, na escola se plasma o homem do futuro. Dá-se à criança a estrutura que se quer. Plasma-se nela o homem que se deseja para a vida das nações. Uma prova concreta do que afirmamos se vê na Alemanha, na Rússia. Idealizou-se naqueles países um homem político e econômico, de acordo com as diretrizes dos propósitos dos seus regimes governamentais. Com a educação cientificamente orientada

⁸ Cf. *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*, 1942.

⁹ *OESTE* (Revista mensal). Reprodução fac-similar de 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944.

¹⁰ Cf. Revista *OESTE*.

consegue-se um tipo física e espiritualmente estruturado, conforme as bases projetadas. Por essa observação se conclue, se aquilata a responsabilidade dos governos pela educação dos seus povos. Desde que na escola se faz o homem, impõe-se um zêlo, um carinho, um esforço enorme para que se constitua bem êsse homem. Esta é a razão primordial por que hoje os administradores cuidam com extremo desvêlo da educação de sua mocidade. Nela está alicerçada a grandeza dos povos (p. 803).

Por outro lado, a educação rural também se circunscreve como temática central nas discussões sobre educação no Estado, a exemplo de matéria publicada sobre *O VIII Congresso Educacional de Goiânia e o Ruralismo*, no Correio Oficial em 1942, que destaca que as massas rurais brasileiras constituem-se como objeto de preocupação fundamental da vida política e econômica da nação e como isso interferiu na escolha da temática do congresso:

[...] as considerações que influíram na escolha do tema ‘Educação Rural’ para assunto central do Congresso Nacional de Educação e na eleição de Goiânia para sede desse certame, definem nitidamente o pensamento oficial e das élites culturais, quer em face do momentoso problema da assistência escolar devida ao elemento nacional sediado fora da influência da faixa atlântica, quer em relação à necessidade de ser levada à jovem capital plantada no coração do Brasil, marco inicial e também pedra angular da nova política brasileira voltada para a recuperação efetiva e econômica do Oeste (grifado no original). (p. 1)

Esse ajustamento entre ruralismo e escolanovismo é também evidenciado por Nepomuceno (1994), que afirma que o Estado de Goiás destacava-se por introduzir em seu sistema de ensino inovações pedagógicas:

*Tais inovações articularam-se com o ideário escolanovista, amplamente divulgado em Goiás a partir de 1936. Segundo um artigo da professora Amália Hermano, o clube agrícola era a instituição modelar da Escola Nova, já que permitia o aperfeiçoamento da pedagogia rural, era o elemento ativo e ideal para articulação da escola com a família e concorria para a ... formação de uma **mentalidade agrícola**, capaz de trazer ao Brasil dias melhores... (Grifado no original). (p. 116-117)*

Se o intuito das políticas que tomavam o ruralismo como orientador das ações pedagógicas era manter o homem no campo, interrogam-se os motivos de torná-lo adaptado às experiências próprias de contextos urbanos. Esse breve esboço histórico das preocupações relacionadas à educação no Estado de Goiás é necessário à medida que auxilia na compreensão da coexistência em Goiás de movimentos pedagógicos distintos durante a primeira metade do século XX: ruralismo e escolanovismo, tal como enfatizam Canezin e Loureiro (1994), para as quais ocorre ao final de 1936, “uma junção do ruralismo com a Escola Nova” (p. 85).

Consoante Maia (1982), o ruralismo propugnava uma escolarização “integrada às condições locais, regionalistas, cujo objetivo maior era promover a ‘fixação’ do homem

ao campo. A corrente escolanovista reforçava essa posição ‘da escola colada à realidade’, baseada no princípio de ‘adequação’ e, assim, colocava-se ao lado das forças conservadoras.” (p. 27)

A leitura dos textos e documentos aqui tomados em análise leva-me a considerar que se por um lado a educação em Goiás era influenciada pelo movimento da Escola Nova, por outro havia uma tendência política em considerar a necessidade de articulação do escolanovismo ao ruralismo pedagógico, que por sua vez centrava-se em uma perspectiva de formação das populações rurais para o trabalho e permanência no campo. Porém, convém questionar o caráter de inovação e modernidade no discurso de Pedro Ludovico, visto que o processo de renovação educacional que se instaura a partir da revolução tem sua origem datada nos anos iniciais do século XX com a inserção de novas teorias pedagógicas nos currículos do Liceu e da Escola Normal e, posteriormente, dos Grupos Escolares.

Referências

Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, de 18 a 28 de junho de 1942. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela. “Sertão – escola do mundo”: representações sobre mundo rural e educação na literatura regional. Goiânia: UFG, 2005. (Dissertação).

BERNARDES, Carmo. *Nunila*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRETAS, Genesco F. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRZEZINSKI, Iria. *A formação do professor para o início da escolarização*. Goiânia: UCG/SE, 1987.

CANEZIN, Maria Teresa. LOUREIRO, Walderês. N. *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: UFG, 1994.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2002.

Correio Oficial, ano 105, nº 4.378, de 5 de junho de 1942. Arquivo Histórico Estadual.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. *A extensão rural no Brasil*, projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? *Em aberto*, ano 1, n. 9, Brasília, setembro, 1982, 27-33.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A ilusão pedagógica: estado, sociedade e educação em Goiás (1930-1945)*. Goiânia: UFG, 1994.

_____. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: UFG, 2003.

OESTE (Revista mensal). Reprodução fac-similar de 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944. Goiânia: UCG-CEF, 1983.

ORTENCIO, W. Bariani. *Sertão – o Rio e a Terra*. Rio de Janeiro: São José, 1959.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 2003.

PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de S. *História de Goiás*. Goiânia: UCG, 2001.

_____. *Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular*. Goiânia: UCG/Kelps, 2005.

RAMOS, Victor de Carvalho. O Ensino em Goyaz. *A Informação Goyana*. Ano I, vol. I, nº 4, de 15 de novembro de 1917, p. 47-48. In: *A INFORMAÇÃO GOYANA*, Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001. (Reprodução fac-similar em Cd-Rom da coleção completa da revista publicada no Rio de Janeiro por Henrique Silva e Americano do Brasil, no período de agosto de 1917 a maio de 1935).

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 9-57.

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1975.

VIDALE SOUZA, Candice. Batismo cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de marcha para oeste. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: UFG, 2002, p. 71-102.

Recebido em julho de 2009
Aprovado em outubro de 2009